

**BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, Educ, 1999. 353 p.**

Paulo Stella\*

Quando abrimos um livro, temos sempre expectativas. Na obra *Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio-discursivo*, duas delas se manifestaram: a qualidade da tradução e a organização interna do conteúdo. Tanto a primeira quanto a segunda vão se confirmando linha a linha. Percebe-se, por um lado, um extremo cuidado da parte dos tradutores e, por outro, um rigor metodológico, que o autor persegue desde o sumário.

Bronckart inicia sua obra observando que *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse* (Bronckart, 1985) suscitou desenvolvimentos em análises “das características lingüísticas e paralingüísticas de diversos subconjuntos de textos franceses” e em várias outras línguas como o português, além de proporcionar estudos sobre aquisição, baseados “no desenvolvimento do domínio, pela criança, das operações de planificação e de textualização” e de servir de “referência para a elaboração de uma nova abordagem da didática dos textos”.

Esses desenvolvimentos, contudo, fizeram com que aparecessem “lacunas, imprecisões e até mesmo erros de apreciação” no quadro teórico. Levando em conta esses aspectos, propõe “apresentar um quadro teórico, mais completo e mais explícito, que trate, ao mes-

---

\* Pós-graduando do LAEL/PUC-SP.

mo tempo, das condições de produção dos textos, da problemática de sua classificação e da problemática das operações em que se baseia seu funcionamento” (p. 12).

Didática e metodicamente, o livro está organizado em duas partes, além de uma “Introdução”, um “A seguir” e uma “Bibliografia”. Assim, a primeira parte, intitulada “Os textos como produções sociais”, apresenta três capítulos e uma síntese: “Quadro e questionamentos epistemológicos”, “Os textos e seu estatuto: considerações teóricas, metodológicas e didáticas”, “As condições de produção dos textos” e a “Primeira síntese intermediária”. A segunda parte, “A arquitetura interna dos textos”, divide-se em seis capítulos e duas sínteses: “Visão de conjunto”, “Os tipos de discurso”, “Seqüências e outras formas de planificação”, “Segunda síntese intermediária”, “Os mecanismos de textualização: conexão e coesão nominal”, “Os mecanismos de textualização: a coesão verbal” e “Os mecanismos enunciativos”.

Na primeira parte, o autor posiciona-se no quadro geral da psicologia de base vygotskyana e do interacionismo social:

Para Vygotsky, a psicologia ocupa um lugar nodal no campo das ciências humanas, no sentido de que sua problemática está inelutavelmente confrontada à dualidade físico-psíquica dos fenômenos observáveis no ser humano. O homem é, efetivamente, um organismo vivo, dotado de propriedades biológicas e que tem comportamentos; mas é também um organismo consciente, que se sabe possuidor de capacidades psíquicas que as idéias, os projetos e os sentimentos traduzem (p. 24).

Já o interacionismo social analisa “as condutas humanas como ações significantes, ou como ‘ações situadas’, cujas propriedades estruturais e funcionais são antes de mais nada, um produto da socialização” (p. 13).

O autor entende, portanto, que a linguagem materializa tanto os aspectos psíquicos quanto os sociais e a enxerga como uma forma

de ação, “ação de linguagem”, semiotizada em um contexto psico-sócio-histórico-ideológico por “agentes verbais” em interação entre si e com o meio, o que constrói a consciência individual e, ao mesmo tempo, social.

É esse processo interacional semiotizado, instaurado pela linguagem, que o autor denomina texto, entendendo-o como sendo constituído no embricamento de dois pontos de vista, ou seja, uma produção individual e única, restrita a um sujeito em um determinado momento histórico-social e, ao mesmo tempo, uma produção que contém aspectos que o colocam em relação de inclusão com uma gama de outros textos em uma determinada formação social. Os textos, por isso, constituem-se no cruzamento dialético entre a ação individual situada empiricamente (psicossocial) e os “construtos históricos” que são os gêneros de textos. Isso quer dizer que “a produção de cada novo texto empírico contribui para a transformação histórica permanente das representações sociais referentes não só aos gêneros de textos (intertextualidade), mas também à língua e às relações entre textos e situações de ação” (p. 109).

Na segunda parte, o autor concentra-se no que chama de “arquitetura interna dos textos”, caracterizada por níveis superpostos, isto é, infra-estrutura geral, mecanismos de textualização e mecanismos enunciativos. A infra-estrutura geral, que corresponde ao nível mais profundo dos textos, coloca em funcionamento a representação de mundos discursivos, que podem ser conjuntos ou disjuntos, implicados ou autônomos, em relação à ação da linguagem. No mundo conjunto, as coordenadas espaço-temporais ancoram-se nas “coordenadas gerais do mundo da ação da linguagem em curso”, o “mundo ordinário”, e caracterizam a ordem do “expor”. No disjunto, as coordenadas espaço-temporais ancoram-se “em uma origem espaço-temporal” específica e caracterizam a ordem do “narrar”. No mundo implicado, o “texto mobiliza ou ‘implica’ os parâmetros da ação da linguagem, com referências dêiticas a esses mesmos parâmetros, que são, assim, integrados ao próprio conteúdo temático”. Conseqüente-

mente, para interpretar um texto “é necessário ter acesso a suas condições de produção”. No autônomo, o texto “não requer nenhum conhecimento das condições de produção. ”

Em decorrência, surgem quatro mundos discursivos: “mundo do EXPOR implicado”; “mundo do EXPOR autônomo”; “mundo do NARRAR implicado”; e “mundo do NARRAR autônomo”. Surgem também quatro construtos esvaziados de semantização particular, a que o autor chama de arquétipos psicológicos. Os dois primeiros da ordem do EXPOR são o “discurso interativo”, conjunto e implicado e o “discurso teórico”, conjunto, mas autônomo. Os outros dois, da ordem do NARRAR, são o “relato interativo”, disjunto, mas implicado e a “narração”, disjunto e autônomo. Esses arquétipos materializam-se em seqüências lineares, representando a “quarta dimensão da infraestrutura: a das modalidades de articulação dos tipos de discurso em um todo textual”, cujas configurações caracterizarão outro nível do “folhado textual”, ou seja, o dos mecanismos textuais que, por sua vez, dividem-se em mecanismos de textualização: conexão e coesão nominal, coesão verbal e mecanismos enunciativos, garantindo a progressão do “conteúdo temático”. Bronckart afirma:

qualquer que seja a diversidade e a heterogeneidade dos componentes da infra-estrutura de um texto empírico, ele constitui um todo coerente, uma unidade comunicativa articulada a uma situação de ação e destinada a ser compreendida e interpretada como tal por seus destinatários. Essa coerência geral procede (...) dos mecanismos de textualização e (...) dos mecanismos enunciativos (p. 259).

O autor discute brevemente a função dos mecanismos de conexão textual, que marcam “as transições entre os tipos de discurso constitutivos de um texto, entre frases de uma seqüência ou de uma forma de planificação” e podem “ainda assinalar articulações mais locais entre frases”. Apresentando a função dos elementos de coesão nominal, que “introduzem os argumentos e organizam sua retomada

na seqüência do texto” e que, por isso, produzem um efeito de “estabilidade e de continuidade”. Detêm-se um pouco mais na coesão verbal, dedicando um capítulo separado ao assunto.

Primeiramente, argumenta que as pesquisas “teóricas e empíricas” sobre verbos realizaram-se “com base em *corpus* constituídos de frases ou de segmentos extraídos de seu cotexto e de seu contexto”. Propõe, então, apreender “o valor que os verbos e seus determinantes assumem em seu quadro funcional efetivo, isto é, no quadro da organização dos textos e dos discursos” e passa, assim, a “contestar e/ou a reavaliar alguns dos resultados a que esses trabalhos chegaram”, revisitando as noções de temporalidade e de aspectualidade e examinando como essas particularidades verbais funcionam nos tipos de discurso propostos nos capítulos anteriores.

Como último nível do “folhado textual”, o autor apresenta os mecanismos enunciativos, que “contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto”. A fim de construir e explicitar o todo enunciativo, discute as questões de responsabilidade sobre a enunciação, de acordo com posicionamento enunciativo do enunciativo, assimila a questão das vozes do texto e levanta a problemática das modalizações em suas relações com os mundos discursivos do narrar e do expor.

No último capítulo, o autor traz resumidamente o quadro teórico e os aspectos metodológicos que orientam a reflexão geral da obra, apresenta algumas críticas e perspectivas futuras, discute limitações e propõe um aprofundamento da pesquisa em áreas ainda não exploradas, como a análise de textos orais, “especialmente dialogados”, na tentativa de “ultrapassar as evidentes lacunas”. Finalmente, posiciona seu trabalho em relação a uma interação com as Ciências Humanas, reafirmando o estatuto da linguagem como constitutiva das humanidades e termina o livro afirmando:

definitivamente, nosso trabalho prosseguirá em interação com todas as correntes das ciências humanas/sociais que, haven-

do reconhecido a primazia das dimensões sócio-discursivas da linguagem bem como o seu papel decisivo na constituição do psiquismo humano, estiverem, enfim, em condições de considerar Saussure seriamente” (p. 340).

O conjunto revela uma metodologia teórico-prático-indutiva, situada no diálogo com algumas correntes teóricas, o que significa passar pela apropriação, reformulação e aplicação de conceitos, chegando à discussão da função dos mecanismos textuais e enunciativos. Por essa razão, parece existir na teoria uma tentativa de construir uma totalidade que, articulada no espaço de um livro, dá a noção do todo e possibilita ao olhar abarcar as partes. Ao mesmo tempo, e seguindo as palavras do autor, essa perspectiva teórica assemelha-se à maneira pela qual um texto empírico deve ser olhado: “em relação às ações de linguagem e aos textos que as materializam, a metodologia compreensiva global que preconizamos é decomposta de modo bastante semelhante” (p. 67), fazendo com que teoria e objeto apresentem o mesmo viés de observação, refletindo um ao outro.

Acreditamos, por isso, que o autor tenha em última instância um objetivo didático de dupla saída, isto é, instrumentalizar o leitor-professor em sua prática de ensino de leitura e escrita com uma visão global sobre o texto, que também incorpore o funcionamento das partes, e transformar esse leitor-professor-aprendiz, em agente transformador dos processos e dos produtos impulsionados pela teoria. Esse objetivo atravessa todo o livro, materializando-se, ainda, nas seguintes palavras do autor:

Quando o agente é inexperiente, há todo interesse em que se inspire nos modelos existentes e que aprenda as regras de seu funcionamento. É principalmente nessa perspectiva didática que são úteis as classificações e as análises propostas pelos pesquisadores: trata-se, portanto, de conduzir os aprendizes a um domínio das regras-padrão em uso, corrigindo eventualmente as produções que mostrarem falta desse domínio (p. 216).

Essa ação pedagógica entra em interação dialógica com o sujeito que se transforma em agente. Assim, “o agente se torna *expert*, quando se engaja em um trabalho (...) de reconfiguração das ações humanas (...) de transformação da vida pela transformação dos discursos” (p. 216). Nesse instante o “receptor” torna-se “agente-produtor” pela “ação de linguagem” instaurada no processo pedagógico, ou seja, “é pela apropriação e interiorização das propriedades sociosemióticas (...) que se constroem agentes ou pessoas (...) capazes de agir” (p. 107).